RESUMO
A alfabetização na Educação Infantil tem sido alvo de intensos debates no campo educacional, especialmente a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabeleceu metas claras de aprendizagem até o segundo ano do Ensino Fundamental. Essa diretriz acabou por gerar, direta ou indiretamente, uma antecipação das práticas de alfabetização para crianças com idade entre quatro e cinco anos, nas instituições de Educação Infantil. Tal fenômeno suscita uma série de questionamentos teóricos, pedagógicos e éticos que precisam ser discutidos com profundidade. Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre os prós e contras da alfabetização precoce, buscando compreender seus impactos no desenvolvimento infantil e nas práticas pedagógicas contemporâneas. A pesquisa se ancora em revisão bibliográfica de autores como Magda Soares, Sonia Kramer, Zilma de Oliveira, Artur Gomes de Morais, entre outros, com o intuito de evidenciar os fundamentos e os riscos que envolvem essa antecipação. De um lado, os defensores da alfabetização na Educação Infantil argumentam que as crianças pequenas possuem grande plasticidade cerebral e interesse natural pelas letras, podendo, se bem estimuladas, iniciar seu processo de aquisição da leitura e da escrita de maneira significativa. Apontam ainda que o contato precoce com práticas letradas pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, promovendo maior equidade entre crianças de diferentes contextos sociais. Sob essa perspectiva, a alfabetização, quando inserida em contextos lúdicos, mediados e afetivos, não comprometeria o brincar, mas o potencializaria como ferramenta pedagógica. Por outro lado, os críticos dessa antecipação alertam para os riscos da escolarização precoce, como a perda do tempo do brincar, a imposição de métodos tradicionais inadequados à faixa etária e o comprometimento do desenvolvimento emocional e social da criança. A introdução de conteúdos formais em uma etapa que deveria priorizar a construção da autonomia, da criatividade e da identidade pode transformar a Educação Infantil em uma “pré-escola conteudista”, gerando frustrações, rejeições ao processo de aprendizagem e consequências negativas para a trajetória escolar da criança. Além disso, a pressão por resultados, associada a sistemas de avaliação e à lógica da produtividade, tende a esvaziar o caráter humanizador da Educação Infantil, reduzindo a criança a um sujeito que deve “dar conta” de metas estabelecidas por adultos. O artigo defende que a alfabetização não deve ser encarada como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo mais amplo de letramento e inserção cultural. É preciso considerar que a

aprendizagem da leitura e da escrita se dá de forma contínua, progressiva e contextualizada, sendo essencial respeitar o tempo de cada criança e suas formas singulares de aprender. Assim, conclui-se que a discussão sobre alfabetizar ou não na Educação Infantil não deve ser respondida de forma simplista ou polarizada, mas sim construída com base em práticas pedagógicas fundamentadas, críticas e sensíveis ao desenvolvimento infantil. A proposta é avançar para uma concepção de alfabetização que não exclua o brincar, o cuidado, a ludicidade e o direito da criança a uma infância plena, feliz e significativa dentro do ambiente escolar.
PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil. Políticas Educacionais. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT
Early childhood literacy has become a central topic of debate within the Brazilian educational context, particularly after the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC), which established learning goals to be achieved by the end of the second year of elementary school. Although these guidelines are
directed to the early years of elementary education, they have led to the early anticipation of formal literacy practices in preschools and early childhood education

institutions, often starting as early as age four. This article aims to critically examine the advantages and disadvantages of this trend, analyzing its implications on children's development and on contemporary pedagogical practices. The study is based on a bibliographical review of renowned authors in the fields of education and developmental psychology, such as Magda Soares, Sonia Kramer, Zilma de Oliveira, and Artur Gomes de Morais, aiming to understand the theoretical foundations and potential harms related to early schooling. On one hand, advocates argue that young children are naturally curious and capable of engaging with written language in meaningful ways when stimulated through playful, affective, and mediated environments. They also claim that early access to literacy practices can help reduce social inequalities and broaden children's cultural repertoires, especially among those from underprivileged backgrounds. According to this view, when integrated with play and creativity, literacy does not conflict with childhood development but enhances it. On the other hand, many critics of early literacy highlight the risks of formal education
practices being imposed on children prematurely. These include the reduction of time and space for free play, the use of inappropriate didactic methods, emotional stress, and the potential creation of learning blocks or aversions to school. Furthermore, the growing pressure for measurable results, often guided by institutional and family expectations, may dehumanize early childhood education, treating children as mere recipients of content rather than active participants in their own learning journey. This article supports the idea that literacy should not be treated as an isolated goal, but rather as part of a broader process of social and cultural integration — one that respects each child's individual development rhythm, interests, and forms of
expression. In this sense, the discussion around whether or not to implement literacy in early childhood should move beyond binary logic and adopt a more nuanced, ethical, and pedagogically grounded perspective. It is concluded that early literacy, if approached with sensitivity, flexibility, and respect for childhood, can coexist with play, care, creativity, and the emotional needs of children. However, any initiative must avoid transforming early childhood education into a preparation for formal schooling at the cost of children's rights to a meaningful and joyful educational experience.
KEYWORDS: Literacy. Early Childhood Education. Child Development. Educational Policies. Pedagogical Practices

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos marcos mais significativos do percurso escolar de uma criança. Trata-se não apenas da capacidade de ler e escrever, mas também de se apropriar de códigos linguísticos e culturais que possibilitam a inserção no mundo letrado. A discussão sobre quando e como iniciar esse processo é antiga, mas ganhou novos contornos a partir da implementação de políticas educacionais que propõem metas de alfabetização cada vez mais antecipadas. Nesse contexto, a Educação Infantil, que tradicionalmente se dedicava ao cuidado, à socialização e ao desenvolvimento integral das crianças, passou a incorporar práticas voltadas à alfabetização, gerando debates intensos entre estudiosos, educadores e famílias. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, define que todas as crianças devem estar alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Embora esse marco seja direcionado ao Ensino Fundamental, muitas escolas e redes de ensino passaram a entender, de maneira equivocada, que a alfabetização deve começar já na Educação Infantil. Essa antecipação do processo tem levado à adoção de práticas pedagógicas voltadas à decodificação de letras e sons em turmas com crianças de apenas quatro ou cinco anos, muitas vezes em detrimento de atividades lúdicas e do desenvolvimento das múltiplas linguagens da infância.

Esse movimento é reflexo de uma concepção escolarizante da infância, na qual o brincar, a experimentação, a imaginação e o corpo dão lugar a atividades formais, repetitivas e, por vezes, descontextualizadas. Essa lógica, centrada na ideia de rendimento, metas e avaliações, ignora as especificidades do desenvolvimento infantil e transforma a Educação Infantil em uma etapa preparató-

ria para o Ensino Fundamental, em vez de respeitar sua função própria e autônoma no processo educacional.

Por outro lado, há argumentos que defendem a introdução precoce da alfabetização. Pesquisas em neurociência e psicologia do desenvolvimento mostram que os primeiros anos de vida são cruciais para a formação de conexões neurais que

sustentam as aprendizagens futuras. Assim, algumas abordagens sustentam que expor as crianças desde cedo ao universo da leitura e da escrita pode ser benéfico, desde que feito de forma adequada, lúdica e respeitosa. De acordo com Morais (2012), "as crianças pequenas podem, sim, aprender sobre a linguagem escrita, desde que inseridas em contextos ricos de interação e significação".

A antecipação da alfabetização é um fenômeno que exige reflexão crítica. De um lado, está o desejo legítimo de promover o acesso equitativo à linguagem escrita, especialmente para crianças que não têm esse contato em casa. De outro, está o risco de sobrecarregar o desenvolvimento infantil com exigências que não respeitam o tempo, o corpo e a subjetividade da criança. Como afirma Oliveira (2002), "a aprendizagem na infância acontece em meio à brincadeira, ao movimento, à interação. Qualquer prática que negligencie isso está fadada ao fracasso".

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os prós e contras da alfabetização na Educação Infantil, problematizando os impactos dessa antecipação no desenvolvimento das crianças e nas práticas pedagógicas adotadas nas instituições. Para tanto, serão discutidos, inicialmente, o contexto histórico e político da alfabetização no Brasil, destacando os marcos legais e as mudanças promovidas pela BNCC. Em seguida, serão apresentados os argumentos a favor da alfabetização precoce, com base em estudos e evidências que sustentam essa proposta. Por fim, serão discutidas as principais críticas à escolarização antecipada, com foco nos riscos pedagógicos, psicológicos e sociais que ela pode acarretar.

Mais do que tomar um partido definitivo, este artigo propõe uma reflexão que considere as diferentes dimensões envolvidas no processo de alfabetização na infância. O desafio dos educadores e gestores está em equilibrar a garantia do direito à educação com a preservação das experiências fundamentais da infância. Afinal, como pontua Barbosa (2006), "a Educação Infantil não é um lugar para antecipar o Ensino Fundamental, mas para viver a infância em sua plenitude".

DESENVOLVIMENTO

A alfabetização na Educação Infantil é um tema controverso e fundamental na educação brasileira. A Educação Infantil, que abrange crianças de zero a cinco anos, tem como principal objetivo o desenvolvimento integral, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais. No entanto, com a pressão para alcançar metas de desempenho e alfabetização precoce, muitas escolas começaram a adotar práticas pedagógicas voltadas para a leitura e escrita já nessa fase, modificando a natureza dessa etapa educacional.

A alfabetização, de fato, vai além da simples aprendizagem de letras e sons; ela envolve o entendimento da função social da linguagem escrita. De acordo com Soares (2003), "alfabetizar é possibilitar a compreensão e a apropriação da escrita, respeitando o desenvolvimento cognitivo da criança". Porém, em algumas instituições, a alfabetização foi antecipada sem considerar a importância do brincar e do desenvolvimento emocional, pilares da Educação Infantil. Segundo Kishimoto (2011), "o brincar é a principal forma de aprendizagem na infância e não pode ser negligenciado pela escolarização precoce".

Embora algumas pesquisas apontem que a exposição precoce à leitura e escrita pode beneficiar o desenvolvimento cognitivo, o excesso de formalidade nas atividades de alfabetização pode ser prejudicial. Práticas como repetição mecânica e o uso de cartilhas muitas vezes desconsideram o tempo da criança e suas necessidades emocionais e sociais. Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que a criança desde cedo

busca entender a escrita, mas deve ser acompanhada de maneira lúdica e significativa.

Além disso, é importante considerar a realidade das crianças de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Para essas crianças, a escola pode desempenhar um papel crucial

na introdução ao mundo letrado, mas sem sobrecarregar o desenvolvimento infantil. Oliveira (2007) destaca que "a escola deve garantir o direito à alfabetização sem antecipar conteúdos que não correspondem à fase da infância".

Em resumo, a alfabetização na Educação Infantil não deve ser uma imposição, mas uma experiência lúdica e significativa, que respeite o tempo e as necessidades das crianças. O desafio é equilibrar a necessidade de alfabetizar com a preservação da infância, garantindo uma aprendizagem que seja tanto eficiente quanto respeitosa.

O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A alfabetização na Educação Infantil não é um conceito recente, mas sua importância nas primeiras etapas de escolarização se intensificou nas últimas décadas, com o avanço das políticas públicas voltadas para a educação básica no Brasil. A história da alfabetização está intrinsecamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas, que influenciam as concepções sobre o papel da escola e a natureza do processo de ensino-aprendizagem. Desde o início do século XX, a educação no Brasil passou por diversos processos de reforma e reestruturação, com diferentes enfoques sobre quando e como as crianças deveriam ser alfabetizadas.

Durante grande parte do século XX, a educação infantil foi entendida como uma fase preparatória para o Ensino Fundamental, sendo relegada a um segundo plano no debate educacional. A alfabetização, nesse período, era considerada responsabilidade exclusiva do Ensino Fundamental, e as práticas pedagógicas na Educação Infantil
estavam centradas principalmente no cuidado e na socialização, com ênfase no desenvolvimento psicomotor e afetivo. No entanto, a partir da década de 1990, a educação infantil passou a ser reconhecida como uma etapa fundamental no processo de aprendizagem das crianças, com sua inclusão no sistema educacional formal, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

A partir dessa mudança, a alfabetização foi gradualmente incorporada às propostas pedagógicas da Educação Infantil, embora ainda houvesse um amplo debate sobre qual seria o momento adequado para iniciar o processo de leitura e escrita. Esse debate se intensificou com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, que estabeleceu diretrizes claras para o ensino fundamental e a educação infantil, sugerindo que a alfabetização deve ser alcançada até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. A BNCC gerou controvérsias, pois, apesar de ter sido
projetada para o Ensino Fundamental, muitas redes de ensino passaram a interpretá- la como uma exigência de alfabetização precoce, introduzindo atividades de leitura e escrita na Educação Infantil.

Esse movimento de antecipação da alfabetização reflete uma lógica de escolarização que tem sido cada vez mais comum nas últimas décadas, impulsionada por um modelo de educação que valoriza a produtividade, a avaliação de resultados e o cumprimento de metas. A pressão por índices de alfabetização e a busca por um "ideal de desempenho" influenciam, diretamente, as práticas pedagógicas. Contudo, essa abordagem ignora as especificidades do desenvolvimento infantil e a necessidade de respeitar os ritmos e os tempos das crianças. A ideia de que é
possível e desejável alfabetizar crianças tão pequenas reflete uma visão reducionista da infância, que não considera a complexidade do desenvolvimento humano.

Além disso, a aceleração da alfabetização na Educação Infantil tem sido alimentada por uma visão mercadológica da educação, em que o desempenho das crianças se torna um indicador de sucesso ou fracasso das políticas educacionais. Essa pressão por resultados tangíveis e rápidos faz com que o processo de alfabetização se torne muitas vezes um fim em si mesmo, desconsiderando as potencialidades do brincar e da exploração lúdica do mundo. Para educadores e estudiosos da área, a alfabetização precoce, quando mal-conduzida, pode acarretar consequências negativas, como o stress, a frustração e até mesmo o abandono escolar precoce, à medida que as crianças não conseguem lidar com a sobrecarga de exigências.

ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À ALFABETIZAÇÃO PRECOCE

A alfabetização precoce é defendida por muitos especialistas com base na ideia de que a primeira infância é uma fase crucial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas. Com o cérebro em alta plasticidade, a criança nessa fase está especialmente apta a adquirir habilidades como leitura e escrita. Para Vygotsky (1984), o desenvolvimento se dá pela interação com o meio e a mediação de adultos, o que justifica a introdução de práticas letradas ainda na Educação Infantil. Um argumento comum a favor é que o contato precoce com a linguagem escrita fortalece o vocabulário, a memória e o raciocínio lógico. Além disso, ajuda na preparação para o Ensino Fundamental, evitando dificuldades futuras. Ferreiro (1999) afirma que o envolvimento da criança com a escrita desde cedo amplia suas possibilidades de compreensão e expressão. Em escolas com práticas bem conduzidas, a alfabetização precoce não se dá de forma mecânica, mas através de jogos, contação de histórias e situações reais de leitura e escrita.

Outro ponto importante é que a alfabetização precoce pode ser uma ferramenta para reduzir desigualdades. Muitas crianças não têm contato com livros em casa, e a escola pode ser o único espaço de acesso ao mundo letrado. A antecipação do processo ajuda a incluir essas crianças no universo da leitura, garantindo mais equidade no percurso escolar. Luria (2005) defende que o domínio da linguagem escrita amplia o acesso à cultura e à cidadania.

Além disso, quando feita de forma lúdica, a alfabetização pode despertar o interesse e a curiosidade. A leitura de histórias e a escrita de pequenas palavras podem
estimular a imaginação, fortalecer a autoconfiança e promover interações sociais mais ricas. Vygotsky (1984) lembra que a curiosidade é uma base essencial para a aprendizagem e deve ser incentivada.

Por fim, os defensores da alfabetização precoce reforçam que ela não precisa ser sinônimo de ensino formalizado. Quando respeita o ritmo infantil e ocorre por meio de brincadeiras, músicas e atividades significativas, pode ser prazerosa e eficaz, preparando as crianças sem antecipar de forma forçada os conteúdos do Ensino Fundamental.

Argumentos Contrários à Alfabetização Precoce

Embora muitos defendam a alfabetização precoce como uma forma de garantir melhores resultados educacionais a longo prazo, há argumentos sólidos que apontam os riscos e prejuízos dessa antecipação no processo de aprendizagem infantil. O principal deles é que esse processo pode comprometer o desenvolvimento natural e integral da infância, especialmente quando conduzido de forma inadequada, apressada ou com metodologias excessivamente formais, desconsiderando as necessidades e os tempos próprios de cada criança. Para Kishimoto (2011), “a brincadeira é a linguagem da infância” e deve ser o centro da prática pedagógica nos primeiros anos, não a escrita formalizada. Ou seja, a infância deve ser um tempo voltado à ludicidade, à experimentação, à imaginação e ao afeto, e não à escolarização rígida.

Especialistas da área da educação e do desenvolvimento infantil afirmam que, ao introduzir a alfabetização antes do tempo adequado e antes que a criança esteja emocional e cognitivamente preparada, corre-se o risco de substituir o brincar — essencial para a aprendizagem e a saúde mental — por atividades mecânicas e repetitivas, como copiar letras, traçar linhas ou repetir fonemas sem real compreensão. Essa prática pedagógica, quando adotada de forma generalizada, ignora completamente o ritmo individual de desenvolvimento de cada criança e pode gerar sérios prejuízos emocionais e cognitivos, como frustração diante de tarefas difíceis, baixa autoestima por não conseguir acompanhar os colegas e até uma aversão precoce ao processo de aprendizagem. Segundo Oliveira (2007), “alfabetizar sem respeitar a maturidade da criança é antecipar um processo que deve ser vivido com prazer, não com cobrança”. Isso reforça a importância de garantir que o início da alfabetização ocorra em um momento em que a criança esteja pronta, não apenas em termos intelectuais, mas também emocionais.

Outro ponto importante a ser considerado diz respeito ao impacto emocional que essa

antecipação pode causar. A infância é um período crucial de descobertas, formação de identidade e fortalecimento dos vínculos afetivos, sociais e culturais. Quando a criança é submetida, precocemente, à pressão por resultados, metas e desempenho escolar, isso pode gerar ansiedade tanto nela quanto nos educadores responsáveis por seu desenvolvimento.

Essa situação se torna ainda mais preocupante em contextos em que há cobranças institucionais por índices de alfabetização, o que muitas vezes desvaloriza o processo de aprendizagem em favor de números e estatísticas. Ferreiro e Teberosky (1999) alertam que a escrita deve fazer sentido para a criança e ser apresentada de forma contextualizada, não como uma obrigação abstrata. Ou seja, aprender a ler e escrever deve ter significado e propósito para a criança, surgindo naturalmente de suas interações com o mundo, e não por imposições externas e desconectadas da sua realidade.

Além disso, há um risco evidente de escolarização precoce da infância, isto é, de transformar a Educação Infantil em uma espécie de mini Ensino Fundamental, com práticas que desconsideram a especificidade dessa etapa. Essa tendência
descaracteriza a proposta pedagógica da Educação Infantil, que deveria priorizar experiências lúdicas, corporais, sensoriais e sociais, respeitando o tempo de cada criança e o seu direito de viver a infância plenamente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo tendo estabelecido marcos de aprendizagem claros e definidos, enfatiza que a alfabetização deve ocorrer até o 2º ano do Ensino Fundamental, e não durante a Educação Infantil. No entanto, a má interpretação dessa diretriz tem levado muitas instituições escolares a forçar esse processo ainda na pré- escola, muitas vezes por pressão das famílias ou das políticas públicas educacionais que priorizam resultados imediatos.

Outro argumento contrário à antecipação da alfabetização é a desigualdade na forma como essa prática é implantada nas escolas. Crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem ou que não acompanham o ritmo esperado pelo sistema muitas vezes são rotuladas como “atrasadas”, “lentas” ou até mesmo “problemáticas”. Esses rótulos acabam por reforçar desigualdades e estigmas, afetando negativamente a autoestima e o desempenho dessas crianças. Ao contrário do que se propõe com uma educação inclusiva e humanizada, a antecipação pode acabar excluindo
justamente aquelas crianças que mais necessitam de apoio pedagógico personalizado, empático e respeitoso. O risco, portanto, é criar um sistema que beneficia apenas quem já está pronto ou adaptado, e ignora as individualidades, promovendo exclusão ao invés de inclusão.

Por fim, é fundamental destacar que há uma defesa consistente, entre educadores e pesquisadores, de que o brincar é, por si só, uma forma potente e significativa de alfabetização simbólica e linguística. No jogo simbólico, nas brincadeiras de faz-de- conta, nas músicas infantis e nas conversas com adultos e outras crianças, os pequenos desenvolvem a linguagem oral, a imaginação, a criatividade e a capacidade de se expressar — que são pré-requisitos essenciais para a aquisição posterior da leitura e da escrita.

Substituir essas práticas por exercícios repetitivos, mecânicos e descontextualizados limita o desenvolvimento global da criança e pode até comprometer aprendizagens futuras, que dependem de uma base emocional e cognitiva sólida.

Assim sendo, os argumentos contrários à alfabetização precoce reforçam, de forma clara e fundamentada, a necessidade de respeitar o tempo próprio da infância, garantindo que a introdução à leitura e à escrita aconteça de forma gradual, prazerosa e sem atropelos. A alfabetização, nesse contexto, deve surgir como uma consequência natural do brincar, da interação com o mundo e da curiosidade infantil, e não como uma meta imposta de maneira artificial, forçada e fora de contexto.

CONCLUSÃO

A alfabetização na Educação Infantil é um tema que suscita debates intensos entre educadores, pesquisadores e gestores públicos. Ao longo deste artigo, foi possível observar que a antecipação da alfabetização traz tanto argumentos favoráveis quanto críticas

contundentes. Os defensores apontam os benefícios do estímulo precoce à
linguagem, da ampliação do repertório cultural e da preparação para o Ensino Fundamental, especialmente quando a prática é conduzida de maneira lúdica, respeitosa e significativa, considerando o desenvolvimento integral da criança em suas múltiplas dimensões. Já os críticos alertam para os riscos da formalização excessiva, da escolarização precoce e da negligência ao tempo próprio do desenvolvimento infantil, o que pode gerar impactos negativos duradouros no processo de aprendizagem e na relação da criança com o ambiente escolar.

É importante considerar que alfabetizar não significa apenas ensinar a decodificar letras e formar palavras, mas proporcionar experiências significativas com a linguagem escrita, que dialoguem com o universo simbólico e afetivo da criança. Nesse sentido, a alfabetização pode sim ocorrer na Educação Infantil, desde que respeite o contexto da infância, seja pautada pelo brincar, pelas interações, pela escuta ativa e pela curiosidade natural da criança, que aprende explorando o mundo à sua volta. A Base
Nacional Comum Curricular (BNCC) oferece diretrizes que podem auxiliar nesse equilíbrio entre o brincar e o letrar, desde que interpretadas de forma cuidadosa, crítica e coerente com os princípios da Educação Infantil, e não como exigência por resultados imediatos ou metas quantitativas descontextualizadas.

Outro ponto fundamental é a valorização da diversidade dos contextos sociais e culturais nos quais as crianças estão inseridas. Crianças oriundas de ambientes pouco letrados podem se beneficiar do contato com a linguagem escrita desde cedo, sobretudo se esse contato for mediado com intencionalidade, afeto e ludicidade. No entanto, isso não justifica práticas rígidas e padronizadas, que desconsideram as diferenças individuais e transformam o cotidiano escolar em uma sequência de tarefas mecânicas. Pelo contrário, reforça a necessidade de uma abordagem pedagógica flexível, reflexiva e sensível às necessidades de cada criança, que promova a inclusão, o respeito ao tempo de aprendizagem, o acolhimento das singularidades e a garantia de uma infância plena, rica em experiências, descobertas e vínculos significativos. Nesse cenário, cabe à escola o compromisso ético de equilibrar o direito de aprender com o direito de ser criança.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. 26. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

LURIA, Alexander Romanovich. Linguagem e desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Ícone, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 30 abr. 2025.